

## Administração e Pessoal

Os principais traços dos resultados alcançados em 66 anos de vida da Faculdade de Direito são as próprias virtudes de seus administradores, que, com a ajuda da tarefa de sua instituição, como a obra de manutenção de suas instituições, que são a base da Faculdade, em um período singular de sua história, foram capazes de manter a Faculdade de Direito em um nível de excelência que, por isto mesmo, se aguilão a tantos e tão grandes trabalhos.

Pelo histórico seguinte verifica-se que prevaleceu, sempre, uma inclinação tendente a prolongar os mandatos de direção da Faculdade, talvez com o intuito de evitar a necessidade de uma renovação da obra administrativa. Tal inclinação se manifestou mediante reiteradas definições de confiança da Congregação nos homens que a dirigir e dirigir a própria tradição, geralmente obedecida, de os vice-diretores sucederem os titulares da administração, também revelando esse propósito de continuidade.

O primeiro mais longo foi o Sr. Francisco Brasil, que dirigiu a Faculdade durante 18 anos e 7 meses, com uma vasta experiência, que se refletiu nos seus trabalhos administrativos e na vida da Faculdade. De outra parte, a própria natureza da administração foi o Sr. Guilherme Alves — 1 ano e 10 meses — que, segundo o regimento estabelecido, sempre desempenhou as obrigações particulares e gerais da Faculdade, em todo o mínimo, cujo objetivo de tranquilizar a vida acadêmica, logo se realizou, como se vê no relatório de 1933 — "Além de uma missão cumprida e de linhas de cargo, não se tratava de que estas responsabilidades fossem acumuladas, mas de serem exercidas em uma partilha de atividades."

Esta a relação completa dos diretores e vice-diretores da Faculdade desde a fundação:

1802 — Afonso Augusto Moreira Pena, diretor, e Francisco Luís de Vasca, vice-diretor. O Conselheiro Afonso Pena foi eleito na sessão preliminar de fundação, em 15 de novembro de

Os principais traços dos marcantes resultados dêsses 66 anos de vida da Faculdade estão nas próprias virtudes de seus administradores, que deram à tarefa de sua construção, como à obra de manutenção de sua estabilidade institucional, uma atividade fecunda, um desprendimento singular e, sobretudo, um teimoso propósito de ter em boa ordem a Casa que guarda muito da contribuição de cada um e na qual, por isto mesmo, se agasalham tantas e tão gratas tradições.

Pelo histórico seguinte verifica-se que prevaleceu, sempre, uma indiscutível tendência de se prolongarem os mandatos de direção da Escola, talvez num empenho de continuidade necessário ao bom encadeamento da obra administrativa. Tal inclinação se manifestou mediante reiteradas definições de confiança da Congregação nos homens que a dirigiram e dirigem e a própria tradição, geralmente obedecida, de os vice-diretores sucederem os titulares da administração, também revela êsse propósito de continuidade.

O mandato mais longo foi o de Francisco Brant, que dirigiu a Faculdade, durante 18 anos e 7 meses, com uma vasta experiência, que se apurou nos 40 anos de continuado contato com a vida da Escola. De outra parte, o período mais curto de administração foi o de Gudesteu Pires — 1 mês —, exceção naquela regra de continuidade porque, dizendo-se assoberbado de obrigações particulares e tendo atingido, em tempo mínimo, seu objetivo de tranquilizar a vida escolar, após os trágicos acontecimentos de novembro de 1930 —, julgou sua missão cumprida e declinou do cargo, com o argumento de que estava impossibilitado de acumular funções cuja importância não admitia partilha de atividades.

Eis a relação completa dos diretores e vice-diretores da Faculdade, desde a fundação:

1892 — Afonso Augusto Moreira Pena, diretor, e Francisco Luís da Veiga, vice-diretor. O Conselheiro Afonso Pena foi eleito na sessão preliminar de fundação, em 13 de novembro de

1892. O Vice-Diretor foi por êle nomeado, de acôrdo com a resolução então adotada, e empossou-se em 10 de dezembro. Depois, foram, juntos, duas vêzes reeleitos.

1896 — Afonso Augusto Moreira Pena, diretor, e Henrique de Magalhães Sales, vice-diretor, ambos eleitos em 6 de dezembro de 1895 e sucessivamente reeleitos. Em 1897, o dr. Camilo de Brito exerceu a direção, como professor mais antigo, em abril, maio, julho, agôsto e setembro, e o dr. Silviano Brandão exerceu-a, pela mesma razão, durante pequeno período, em outubro. A direção efetiva coube, realmente, a Henrique Sales, em virtude de impedimento do Conselheiro Afonso Pena.

1902 — Afonso Augusto Moreira Pena, diretor, e Levindo Ferreira Lopes, vice-diretor, ambos eleitos em 17 de agôsto de 1902 e reeleitos, por mais três períodos consecutivos. Levindo Lopes assumiu o exercício da direção em junho de 1903, em virtude de impedimento do Conselheiro Afonso Pena, empossado vice-Presidente da República em 19 de junho de 1903.

1904 — Afonso Augusto Moreira Pena, diretor, e Antônio Gonçalves Chaves, vice-diretor, ambos eleitos em 16 de novembro de 1904. Gonçalves Chaves assumiu o exercício da direção em 24 de novembro, tendo Camilo de Brito, na qualidade de lente mais antigo, exercido a direção interina, na ausência do vice-diretor, de 25 de julho de 1905 a 2 de março de 1906.

1909 — Antônio Gonçalves Chaves, diretor, e Francisco Mendes Pimentel, vice-diretor, ambos eleitos em 3 de agôsto, de 1909, após o falecimento do Conselheiro Afonso Pena. Mendes Pimentel exerceu a direção efetiva nos últimos tempos do mandato de Gonçalves Chaves.

1912 — Francisco Mendes Pimentel, diretor, e Edmundo Pereira Lins, vice-diretor, ambos eleitos em 13 de dezembro de 1911, e várias vêzes reeleitos. Mendes Pimentel exerceu sempre o cargo, até sua renúncia, em dezembro de 1916.

1916 — Edmundo Pereira Lins, diretor, e Artur Ribeiro de Oliveira, vice-diretor, ambos eleitos em 1º de dezembro de 1916. Edmundo Lins renunciou, em 3 de setembro de 1917, para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal.

1917 — Artur Ribeiro de Oliveira, diretor, e Estevão Leite de Magalhães Pinto, vice-diretor, ambos eleitos em 3 de setembro de 1917. Estevão Pinto assumiu a direção em 3 de agosto de 1923, antes mesmo de Artur Ribeiro renunciar para exercer as altas funções de Ministro do Supremo Tribunal.

1923 — Francisco Mendes Pimentel, diretor, e Estevão Leite de Magalhães Pinto, vice-diretor, ambos eleitos em 7 de agosto de 1923. Mendes Pimentel e Estevão Pinto renunciaram às funções em 18 de novembro de 1930.

1930 — Gudesteu de Sá Pires, diretor, e Francisco José de Almeida Brant, vice-diretor, ambos eleitos em 1º de dezembro de 1930. Gudesteu Pires renunciou, em 31 de dezembro.

1931 — Francisco José de Almeida Brant, diretor, e Lincoln Prates, vice-diretor, ambos eleitos em 31 de dezembro de 1930. Lincoln Prates exerceu a direção de 6 de outubro de 1937 a 22 de setembro de 1941, em virtude de impedimento do Diretor, no exercício da Reitoria da Universidade.

1950 — Lincoln Prates, diretor, e Carlos Álvares da Silva Campos, vice-diretor, ambos eleitos em 27 de maio de 1950. Lincoln Prates exerceu sempre a direção.

1953 — Lincoln Prates, diretor, e Antônio Martins Vilas Boas, vice-diretor, ambos eleitos em 22 de maio de 1953. Vilas Boas assumiu o exercício da direção em 29 de março de 1955, quando Lincoln Prates se afastou, para exercer a Reitoria da Universidade.

1955 — Antônio Martins Vilas Boas, diretor, e José Geirnaert do Valle Ferreira, vice-diretor, ambos eleitos em 13 de abril de 1955. Valle Ferreira assumiu o exercício da direção em 25 de março de 1957, quando Vilas Boas se afastou, nomeado Ministro do Supremo Tribunal.

1957 — José Geirnaert do Valle Ferreira, diretor, e Alberto Deodato Maia Barreto, vice-diretor, ambos eleitos, para um triênio, em 15 de abril de 1957. Alberto Deodato já tem exercido a direção efetiva, nos impedimentos do titular.

Também o expediente administrativo se permitiu perfeita normalidade, em tôda a longa história da Faculdade, porque teve e tem nos seus dirigentes de Secretaria as marcas de eficiência, correção e dedicação.

Já sabemos que foi Afonso Arinos de Melo Franco o Secretário provisório, encarregado da redação da ata de fundação, em 28 de novembro de 1892. Da instalação em diante, porém, sucederam-se as nomeações efetivas, nesta ordem:

1892 — Afrânio Otingy de Melo Franco, em exercício desde 10 de dezembro de 1892.

1896 — Estevão Lobo Leite Pereira, nomeado em 19 de outubro e em exercício durante quase um ano.

1897 — Francisco Borja de Almeida Gomes, em exercício desde 25 de agosto, quando foi nomeado, até 30 de junho de 1901.

1901 — João Luiz Alves, em exercício, como interino, desde 30 de junho, acumulando as funções com os compromissos do magistério, até 20 de março de 1904.

1904 — Francisco Mendes Pimentel, a partir de 21 de março, como interino e, logo em seguida, como efetivo, cumulativamente com suas funções de professor.

1906 — Bernardo Guimarães Filho, desde 10 de agosto, até 1909.

1909 — João Gonçalves Chaves, em exercício desde de 15 de fevereiro, até agosto do ano seguinte.

1910 — Pedro Gonçalves Chaves, nomeado em 2 de agosto e em exercício até janeiro de 1912.

1912 — Otávio Martins, nomeado e empossado em 11 de janeiro. Exerceu as funções até junho de 1913.

1913 — Gudesteu de Sá Pires, empossado em 14 de junho e em exercício até outubro de 1916.

1916 — Ernesto dos Reis da Gama Cerqueira, que se empossou em 25 de outubro. Licenciou-se em janeiro de 1921 e não mais reassumiu as funções.

1921 — Álvaro Mendes Pimentel, nomeado, interinamente, em 31 de janeiro, e depois efetivado, até quando se exonerou, em dezembro de 1926.

1926 — Camilo Mendes Pimentel, em exercício desde 1º de dezembro de 1926, até 31 do mesmo mês, em 1930, quando renunciou.

1931 — Eurico de Alencastro Massot, nomeado em 3 de janeiro e em exercício até outubro.

1932 — Tancredo Godofredo Viana Martins, empossado em 5 de dezembro de 1931 e em exercício até dezembro de 1939, quando se licenciou. Não mais voltou ao exercício.

1939 — Tancredo Martins Júnior, nomeado, interinamente, em 5 de dezembro, e, depois, efetivado. É o Secretário que mais tempo esteve no exercício das funções, que ainda lhe competem, porque durante todo êsse período apenas se afastou do cargo, por licença, uma única vêz, a 3 de janeiro de 1951, quando foi substituído pelo Oficial de Secretaria. Voltou ao exercício em 15 de julho do mesmo ano e não mais se afastou.

O quadro de pessoal administrativo, cuja composição, em 1892, se limitava a um oficial e dois guardas, transformou-se em uma equipe de oficial, amanuense, bedel e dois serventes, por volta de 1930, e cresceu, anteriormente à federalização da Faculdade. A Lei n. 971, de 16 de dezembro de 1949, fixou um conjunto de quatro oficiais, dois bibliotecários, um porteiro, dois bedéis e dois serventes para a Escola, até que o Decreto n. 29.149, de 14 de maio de 1956, permitiu-lhe a criação de mais um quadro extraordinário, com auxiliar administrativo, dois datilógrafos, um encadernador e um acréscimo de três serventes.

Os encargos, que se ampliaram cada vez mais, têm exigido a suplementação de pessoal, cuja marca é a dedicação e a eficiência. O velho porteiro de 42 anos da Casa — Samuel Caetano Júnior —, relíquia do Instituto que viu e sentiu progredir e avançar no tempo, pode ser bem o exemplo da gente que dinamiza a Escola. Desde 18 de janeiro de 1917, Samuel

Caetano Júnior serve a gerações e mais gerações de estudantes, com o mesmo temperamento tranquilo e as mesmas atitudes recatadas. É o funcionário modêlo, sem uma única falta intencional ao serviço e apenas dois meses de licença para tratamento de saúde. Sua história é a própria história da Faculdade.